



## Senadores aprovam direitos para domésticas e taxistas

Como parte da agenda positiva, senadores enviaram para a Câmara dos Deputados texto que estende às domésticas os mesmos direitos dos demais trabalhadores

O Plenário do Senado aprovou ontem o projeto que regulamenta os direitos trabalhistas dos empregados domésticos, entre eles, o adicional noturno, o FGTS e o seguro contra acidentes. Também foi aprovada a medida provisória que prevê socorro financeiro aos agricultores da Região Nordeste atingidos pela seca. Dessa MP, consta um dispositivo que permite aos herdeiros de taxistas

sucedê-los na titularidade da autorização de exploração do serviço, sem necessidade de aprovação prévia do poder público. As duas propostas foram votadas dentro da agenda positiva do Senado, em resposta às recentes manifestações populares nas ruas. O texto dos empregados domésticos agora segue para a Câmara dos Deputados. O dos taxistas, para a sanção da presidente Dilma Rousseff. **4 e 5**



Luiz de Paula/Agência Senado

Ao lado dos senadores Bauer (E), Flexa (2º à esq.), Sarney (2º à dir.) e Humberto (D), Renan (3º à dir.) conduz a sessão

**Senadores querem restaurar trechos do Ato Médico vetados por Dilma 3**

**Plenário acata indicações do Executivo para ANS e Anvisa 6**

**Sem acordo, texto da LDO não poderá ser votado até a quarta-feira 3**

### Ministro: internet no país é vulnerável

Em audiência sobre a denúncia de espionagem dos EUA no Brasil, o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo,

admitiu que os telefonemas e e-mails dos brasileiros, em razão de falhas, podem estar sendo monitorados. **8**



José Cruz/Agência Senado

Ministro Paulo Bernardo com os senadores Ricardo Ferraço e Zeze Perrella durante a audiência pública de ontem

**FAB terá de dar informações sobre viagens de autoridades 2**

**Passado ciclo de debates, Casa fará propostas para terras-raras 7**

**Fixadas regras para conteúdo local em rádio e televisão 8**

### Protestos são pelo “direito à cidade”, dizem jovens

Em debate na Comissão de Direitos Humanos, representantes de movimentos da juventude analisaram ontem as manifestações populares que tomaram as ruas do país em julho **7**



Gerardo Magela/Agência Senado

Paulo Paim (3º à esq.) coordena audiência pública com Nicolas Powidayko, Gabriel Elias, Thanisia Cruz, Murilo Amatneeks e Alessandro Melchior

# Senado pede informações sobre voos da Força Aérea

Requerimento aprovado pela Mesa dá 30 dias ao Ministério da Defesa para informação sobre nomes das autoridades requisitantes das viagens e dos acompanhantes, além de itinerários, desde 2010

O USO DE aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) por autoridades, entre 2010 e 2013, terá que ser explicado pelo Ministério da Defesa, de acordo com requerimento de informações aprovado ontem pela Mesa do Senado.

O requerimento foi apresentado pelo líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP). Ele indaga quantas viagens foram feitas por autoridades, inclusive ministros de Estado, além de nomes dos requisitantes, origens e destinos, horários de partida e chegada, nomes dos eventuais acompanhantes e de todos os passageiros.

— O governo terá 30 dias para responder às informações

— explicou Aloysio Nunes.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, apoiou o requerimento. Ele disse que é fundamental que os cidadãos brasileiros sejam informados porque os voos são feitos com dinheiro público.

— Os novos tempos demandam transparência absoluta. O Senado torna públicas todas as informações sobre a Casa, exceto aquelas que a própria lei proíbe. Com transparência e controle social, vamos aproximar ainda mais as instituições da sociedade brasileira — afirmou Renan.

Também foi aprovado pela Mesa requerimento de criação de Comissão Mista

Permanente de Acompanhamento da Violência contra a Mulher. A medida, que segue para aprovação pela Mesa da Câmara, tem a finalidade de acompanhar os desdobramentos da CPI mista que investigou a violência contra mulher.

O relatório final da CPI teve 1.045 páginas e foi entregue a Renan na quarta-feira pela relatora do colegiado, a senadora Ana Rita (PT-ES).

— A comissão vai fazer a articulação, a integração entre os vários órgãos públicos e também a sociedade civil para garantir a implementação das recomendações que foram propostas pelo relatório — explicou a senadora.



Renan (C) preside reunião da Mesa que aprovou o requerimento de informação, apoiado por ele, para ampliar transparência

## Casa implantará Programa Carbono Zero

A Comissão Diretora aprovou ontem projeto de resolução que institui, no âmbito do Senado, o Programa Carbono Zero, para neutralizar as emissões de carbono geradas nas dependências da Casa. O projeto segue agora o Plenário.

A proposta, apresentada em 2007 pela então senadora Serys Slhessarenko, estabelece que deverão ser neutralizadas as emissões de carbono, total ou parcialmente, geradas em todas as dependências e atividades do Senado. O texto já

foi aprovado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA).

O conceito de carbono zero diz respeito à quantificação de emissões de gases do efeito estufa associadas a atividades de indivíduos e instituições.

As ações deverão consistir em plantio de árvores em áreas públicas de conservação ambiental, nascentes, margens de cursos d'água, lagos, lagoas e escolas públicas.

“A aprovação do projeto é uma demonstração clara de que o país, pelo Poder

Legislativo, faz sua parte na proteção do planeta e de seus habitantes” justifica o relator, Flexa Ribeiro (PSDB-AP).

### Auditoria

Na reunião de ontem, a Comissão Diretora aprovou o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna da Secretaria de Controle Interno do Senado para 2013.

Também foram acatadas três emendas à proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 (PLN 2/2013).

## Pesquisa registra aumento de interesse por política

Pesquisa do DataSenado, realizada de 4 a 25 de junho, portanto, durante o período das manifestações populares, registrou crescimento do interesse dos brasileiros por política.

O Congresso foi considerado “muito importante” para a democracia por 73,6% dos entrevistados. Ampla maioria — 73,4% — confia que o Senado pode ser “muito útil” para ajudar a amenizar as maiores preocupações dos brasileiros: segurança, saúde e corrupção.

Cresceu a rejeição ao voto obrigatório — 59% são contrários a ele. Em dezembro de 2012, eram 50,8% os que consideravam a obrigatoriedade prejudicial à democracia.

A série histórica do DataSenado sinaliza pequeno, mas constante, crescimento no interesse por política. Hoje, 23,8% classificam como alto o interesse pelo tema. Em novembro de 2011, julho e dezembro de 2012, os índices eram 19,4%, 21,8% e 23,1%.

A pesquisa do DataSenado, repetida duas vezes ao ano desde 2011, registrou também que os brasileiros estão menos otimistas em relação ao futuro. Caiu em mais de dez pontos a crença de que a situação econômica pessoal melhorará nos próximos seis meses.

O DataSenado ouviu, por telefone, 1.226 pessoas, maiores de 16 anos, em todo o Brasil.

Veja a íntegra da pesquisa em: <http://bit.ly/DataSenadoJun2013>

## Casildo Maldaner acredita em avanços do municipalismo brasileiro

Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse quarta-feira, em discurso no Plenário, que a Marcha dos Prefeitos a Brasília, em protesto contra o sufocamento financeiro dos municípios, ajudará o país.

O senador elogiou o presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski, pela maneira franca de colocar os problemas das cidades. Na avaliação do senador, o movimento, que este ano completou 16

anos, “mexeu com alguma coisa no Brasil”, no sentido de permitir “abrir a centralização que existe hoje”.

Para Casildo, o repasse emergencial de R\$ 3 bilhões aos municípios anunciado pela presidente Dilma Rousseff poderá aliviar as prefeituras. Ele registrou a importância da instalação da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, que funcionará na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

## Rádio Senado apresenta programa especial sobre Mandela

A Rádio Senado apresenta neste fim de semana reportagem especial sobre o líder sul-africano Nelson Mandela, que faz 95 anos no dia 18. A data — denominada pela Organização das Nações Unidas como Dia Internacional Nelson Mandela — homenageia o ex-presidente pela luta em prol da igualdade e dos direitos humanos.

O programa conta a heroica trajetória do ex-presidente, que recebeu o Prêmio Nobel da Paz de 1993 pela luta

contra o apartheid, regime de segregação racial mantido pela África do Sul entre 1948 e 1994. Mandela está internado, desde 8 de junho, devido a uma infecção pulmonar.

Realizada por Jefferson Dalmoro e Rodrigo Resende, a reportagem “Mandela — de Rolihlahla a Tata”, inclui depoimentos de jornalistas e especialistas em África e também dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Pedro Simon (PMDB-RS).

Rolihlahla é o nome de nascimento de Nelson Mandela. De origem isiXhosa, significa “puxar o galho de uma árvore”, mas coloquialmente é traduzido como encrenqueiro.

Tata, também de origem isiXhosa, significa “pai”, termo pelo qual muitos sul-africanos chamam Mandela, em decorrência da atitude protetora dele para com o povo.



Reportagem conta a trajetória do líder sul-africano, Nobel da Paz em 93

**MANDELA — DE ROLILHLAHLA A TATA**  
hoje (18h) - sáb. (10h) - dom. (17h)  
Sintonia em FM: Brasília (91,7), Natal (106,9), Cuiabá (102,5), Fortaleza (103,3), Rio Branco (100,9) e Teresina (104,5)  
Pela internet: disponível a partir das 18h

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Sessão para debates

9h A sessão do Plenário é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores e comunicados da Mesa.

### CMMC Manguezais e ecossistemas marinhos e costeiros

9h Audiência pública da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) discute a situação dos manguezais brasileiros e os ecossistemas marinhos e costeiros.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Lúcia Vânia, Cássio e Valadares, relatores do texto em diferentes comissões, criticaram as alterações da presidente



## Senadores querem derrubar vetos de Dilma ao Ato Médico

Presidente vetou trecho do projeto que tornava exclusivos dos médicos o diagnóstico de doença e a prescrição do respectivo tratamento; exclusões agora serão analisadas pelo Congresso Nacional

**SENADORES DEFENDERAM** A derrubada dos vetos da presidente Dilma Rousseff ao projeto de regulamentação do exercício da Medicina, conhecido como Ato Médico. Ao sancionar a Lei 12.842/2013, Dilma excluiu vários procedimentos que, pelo texto aprovado no Congresso, se tornariam exclusivos dos médicos.

Na justificativa dos vetos, Dilma se compromete a apresentar uma nova proposta que mantenha as conceituações técnicas adotadas no projeto, mas compatibilizando-as com as práticas do Sistema Único de Saúde (SUS) e dos estabelecimentos privados de saúde.

Dilma vetou, entre outros

artigos, o que estabelecia como atividades privativas do médico a formulação de diagnóstico de doenças e a respectiva prescrição de tratamento.

Lúcia Vânia (PSDB-GO), que foi relatora do texto, disse que os vetos “mutilam inteiramente o projeto”.

— É lamentável que, após tanto trabalho, esforço e dedicação, acabe-se deparando com uma situação como esta. Esta Casa precisa ser respeitada. O trabalho que se faz aqui é sério.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), também relator, afirmou que, se Dilma usou suas prerrogativas constitucionais para vetar artigos, o Congresso também usará suas prerrogativas

para examinar os vetos.

Para Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), outro relator da matéria, faltou diálogo por parte do governo, que deveria apontar de antemão os pontos de que discordava.

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) disse que “não se deve ir contra a decisão de Dilma” diante da informação de que um novo projeto será enviado ao Congresso.

Os vetos ao Ato Médico devem ser examinados de acordo com as regras definidas ontem pelo Congresso. A partir de agora, os vetos deverão ser votados no prazo de 30 dias. Se isso não ocorrer, a pauta do Congresso ficará trancada.

### Os vetos ao texto aprovado no Congresso

**Art. 4º São atividades privativas do médico:**

*I - formulação do diagnóstico nosológico e respectiva prescrição terapêutica;*  
*§ 2º Não são privativas do médico os diagnósticos funcional, cinésio-funcional, psicológico, nutricional e ambiental e as avaliações comportamental e das capacidades mental, sensorial e perceptocognitiva.*

**Razão do veto:** Da forma como foi redigido, o inciso I impediria a continuidade de vários programas do SUS que funcionam a partir da atuação integrada dos profissionais de saúde, o que inclui o diagnóstico nosológico por profissionais de outras áreas que não a médica. É o caso dos programas de prevenção e controle da malária, tuberculose, hanseníase e doenças sexualmente transmissíveis, entre outros. O veto do inciso I implica também o veto do § 2º, sob pena de inverter completamente o seu sentido. O Poder Executivo apresentará nova proposta que mantenha a conceituação técnica adotada, porém compatibilizando-a com as práticas do SUS e dos estabelecimentos privados.

**Art. 4º São atividades privativas do médico:**

*VIII - indicação do uso de órteses e próteses, exceto as órteses de uso temporário;*  
*IX - prescrição de órteses e próteses oftalmológicas;*

**Razão do veto:** Os dispositivos impossibilitam a atuação de outros profissionais que já prescrevem, confeccionam e acompanham o uso de órteses e próteses que, por suas especificidades, não requerem indicação médica. Essas competências são reconhecidas pelo SUS e pelas diretrizes curriculares de diversos cursos de graduação na área de saúde. No caso do inciso IX, a Organização Mundial da Saúde e a Organização Pan-Americana de Saúde já reconhecem o papel de profissionais não médicos no atendimento de saúde visual e esse entendimento vem sendo respaldado pelo Superior Tribunal de Justiça.

**Art. 4º, § 4º Procedimentos invasivos, para efeitos desta Lei, são os caracterizados por quaisquer das seguintes situações:**

*I - invasão da epiderme e derme com o uso de produtos químicos ou abrasivos;*  
*II - invasão da pele atingindo o tecido subcutâneo para injeção, sucção, punção, insuflação, drenagem, instilação ou enxertia, com ou sem o uso de agentes químicos ou físicos;*

**Razão do veto:** Ao caracterizar de maneira ampla e imprecisa o que seriam procedimentos invasivos, os dois dispositivos atribuem privativamente aos médicos procedimentos que já estão consagrados no SUS a partir de uma perspectiva multiprofissional (exemplos: punções, drenagens e acupuntura). O Poder Executivo apresentará nova proposta para caracterizar com precisão tais procedimentos.

**Art. 4º, § 5º Excetua-se do rol de atividades privativas do médico:**

*I - aplicação de injeções subcutâneas, intradérmicas, intramusculares e intravenosas, de acordo com a prescrição médica;*

*II - cateterização nasofaringeana, orotraqueal, esofágica, gástrica, enteral, anal, vesical, e venosa periférica, de acordo com a prescrição médica;*

*IV - punções venosa e arterial periféricas, de acordo com a prescrição médica;*

**Razão do veto:** Embora esses procedimentos frequentemente necessitem de uma avaliação médica, há situações em que podem ser executados por outros profissionais de saúde, baseados em protocolos do SUS e dos estabelecimentos privados. Condicionar os procedimentos à prescrição médica pode causar impactos negativos no atendimento dos estabelecimentos privados de saúde e nas políticas públicas do SUS, como as campanhas de vacinação

**Art. 5º São privativos do médico: Inciso I do art. 5º**

*I - direção e chefia de serviços médicos;*

**Razão do veto:** Ao não incluir uma definição precisa de serviços médicos, o projeto causa insegurança sobre a amplitude de sua aplicação. O Executivo apresentará uma nova proposta que preservará a lógica do texto, mas conceituará o termo de forma clara.

## Novos vetos presidenciais terão de ser analisados em 30 dias

Os vetos da Presidência da República a projetos aprovados pelo Congresso Nacional deverão ser votados pelos parlamentares em até 30 dias. A medida, aprovada ontem em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado, será aplicada aos vetos publicados a partir de 1º de julho.

Quando o prazo não for respeitado, a pauta do Congresso ficará “trancada” — não haverá nenhuma outra votação até uma decisão em relação à manutenção ou rejeição do veto.

Os vetos anteriores a 1º de julho — cerca de 1.700 — não serão submetidos às novas regras. Por causa disso, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que agora haverá dois tipos de vetos: os que trancam a pauta (publicados a partir de julho) e os que não



O presidente da Câmara, Henrique Alves, fala na sessão do Congresso Nacional

trancam (anteriores a julho).

— O acordo com os líderes é priorizar os vetos que virão agora e que vão se enquadrar nas novas regras — afirmou.

Segundo Renan, a regra dos vetos é fundamental:

— Ela obriga que o Congresso Nacional aprecie os vetos. Isso fortalece muito o Congresso Nacional.

A sessão conjunta em que as regras foram aprovadas foi presidida pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR). Ele informou que, para cada veto novo, será constituída uma comissão mista de três senadores e três deputados, que deverá apresentar um relatório em até 30 dias (justamente o prazo para apreciação).

Mas Jucá frisou que a votação ocorrerá em 30 dias mesmo que não haja relatório algum. Na terceira terça-feira de cada mês, haverá uma sessão do Congresso para a votação de vetos.

— Essa reunião fixa será um procedimento padrão — afirmou o senador.

Quanto aos vetos anteriores a 1º de julho, Romero Jucá afirmou que há um pacto político para que eles não sejam “cobrados”. Dessa forma, argumentou o senador, o governo federal “fica mais tranquilo quanto aos eventuais impactos fiscais que os vetos antigos possam trazer”.

— Há vetos [anteriores a 1º de julho] que comprometem o equilíbrio fiscal — afirmou Jucá, acrescentando que “os vetos antigos não serão priorizados”.

## Congresso lê vetos parciais a duas medidas provisórias

Na sessão do Congresso, foram lidos os vetos parciais da presidente da República a duas medidas provisórias: a MP 606/2013, aprovada sob a forma de projeto de lei de conversão (PLV 13/2013), e a MP 609/2013, também aprovada como PLV 15/2013.

De acordo com a nova regra, o Congresso terá 30 dias para analisar os vetos.

A MP 606 visava permitir que, no âmbito do Fundeb, os municípios e o Distrito Federal contabilizem, até 31 de dezembro de 2016, matrículas de pré-escolas.

Já a MP 609, entre outras medidas, reduz a zero as alíquotas do PIS-Pasep e da Cofins sobre a importação de produtos da cesta básica de alimentos.

## Segundo Lobão Filho, LDO não será votada até dia 17

Lobão Filho (PMDB-MA) anunciou ontem em Plenário que a Comissão Mista de Orçamento (CMO), da qual é presidente, não conseguiu acordo para a votação do relatório preliminar da Lei

de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2014, devido à obstrução de deputados de todos os partidos na Câmara, exceto o PT. Com relação aos senadores da CMO, informou que todos estavam dispostos a votar no

prazo constitucional previsto.

— Tentei de todas as formas possíveis, com o apoio de meus colegas, realizar a votação, mas infelizmente, por falta de acordo, houve a obstrução motivada por temas que não

dizem respeito à CMO — disse.

Lobão Filho acrescentou que, pela impossibilidade da votação, o Congresso Nacional não poderá entrar em recesso a partir de 17 de julho, conforme prevê a Constituição.



Lobão: obstrução prejudica calendário

# Semana de votações é concluída com direitos trabalhistas

O Senado concluiu ontem a segunda semana de votações da pauta prioritária com análise de propostas de alcance social. Foram aprovadas a regulamentação dos novos direitos para as empregadas

domésticas, a permissão para que os filhos de taxistas possam sucedê-los na exploração do serviço e recursos para famílias de agricultores vítimas da seca no semiárido nordestino. Também foi iniciada a discussão sobre

projeto que substitui a aposentadoria compulsória pela demissão para juizes condenados. No final da sessão, vários senadores, do governo e da oposição, avaliaram positivamente o esforço concentrado da Casa para

votar a agenda positiva definida por acordo entre o presidente Renan Calheiros e os líderes partidários. "Dentro desta agenda da sociedade, votamos muitas e importantes matérias", disse Renan.

## Vai à Câmara texto do direito de domésticas

O Plenário aprovou, por unanimidade, a regulamentação de direitos trabalhistas dos empregados domésticos (PLS 224/2013 — Complementar). A proposta irá para a Câmara.

O texto regulamenta a Emenda Constitucional 72, que estendeu ao empregado doméstico os direitos assegurados aos demais trabalhadores, como seguro-desemprego, indenização por demissão sem justa causa, conta no FGTS, salário-família, adicional noturno, auxílio-creche e seguro contra acidente de trabalho.

Anteontem, quando a discussão teve início em Plenário, o relator, Romero Jucá (PMDB-RR), já havia acolhido duas emendas: uma de Ana Rita (PT-ES), que propõe remuneração do serviço em viagem no mínimo 25% superior ao salário-hora, e outra de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que acrescenta despesas com alimentação, transporte e hospedagem no caso de acompanhamento em viagem.



Romero Jucá, relator do projeto: empregados domésticos terão seguro-desemprego, FGTS e salário-família

uma emenda de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) prevendo que o recolhimento mensal de encargos e contribuições será obrigatório só após 120 dias da publicação da lei. — Nós temos 7 milhões de trabalhadores domésticos, somente 1,5 milhão formalizado. Espero que, com essa lei, tenhamos a condição de elevar a pelo menos 3 ou 4 milhões o número de trabalhadores formalizados e ampliar o FGTS desses trabalhadores.

### Preocupações

Apesar de terem votado favoravelmente à proposta,

alguns senadores, como Vanessa Grazziotin, Ana Rita e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) manifestaram preocupação com a rejeição de suas emendas.

Ana Rita se disse preocupada com alguns pontos do projeto, entre eles o que estabelece a jornada limite de 12 horas diárias para o empregado doméstico e que prevê o prazo de um ano para que o trabalhador utilize o banco de horas.

Para a senadora, a jornada máxima deveria ser de 10 horas e o banco de horas deveria ser usado no mês subsequente, para

facilitar o controle das horas excedentes.

Vanessa se mostrou insatisfeita com rejeição de emenda de sua autoria que propõe a redução de 8% para 5% da contribuição previdenciária para empregado e empregador.

Valadares queria estabelecer a adesão do empregado doméstico ao PIS-Pasep, com o recolhimento mensal, pelo empregador, de 1% do salário pago. O trabalhador poderia sacar o primeiro abono salarial no valor de um salário mínimo cinco anos após o início da contribuição.

## Filho de taxista terá direito à licença do pai

Entre os temas constantes do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 17/2013, aprovado pelos senadores ontem, está a permissão para que os herdeiros de taxistas possam sucedê-los na titularidade da autorização de exploração do serviço, sem a aprovação prévia do poder público.

A matéria, originada da MP 610/2013, de auxílio aos atingidos pela seca, vai para a sanção presidencial. — Cumprimento os agricultores e cumprimento

os taxistas, que foram muito importantes para que essa medida provisória fosse hoje apreciada aqui — afirmou o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Ele foi o relator da proposta de regulamentação da atividade de taxista (PLS 253/2009), que estabelecia o direito de sucessão na exploração de táxi, mas acabou vetada nesse ponto ao ser transformada na Lei 12.468/2011.

Eunício Oliveira (PMDB-CE), relator do PLV no

Plenário, agradeceu a "parceria fundamental" de Renan Calheiros, Eduardo Braga (PMDB-AM), Gim (PTB-DF), Lindbergh Farias (PT-RJ), Vital do Rêgo (PMDB-PB) e outros senadores para a inclusão da transmissão familiar do alvará de taxista no texto. A expectativa dos parlamentares é que Dilma sancione a matéria sem vetos.

Pelo projeto, para ficar com a autorização, os herdeiros terão de atender os mesmos requisitos exigidos para a outorga original.

Wellington Dias (PT-PI) saudou todos os taxistas pela "importante vitória" e assegurou que Dilma não vetará o dispositivo. Afirmou Lindbergh: — Alguns têm uma jornada de trabalho superior a 12 horas. E o que acontece quando há a morte de um taxista? Além do drama da perda de um familiar, há o drama econômico. Estamos fazendo justiça a um conjunto de trabalhadores e suas famílias.



Taxistas ocupam a galeria do Senado para acompanhar a votação do texto que beneficia a categoria

## Auxílio a atingidos pela seca vai a sanção

O Senado aprovou por unanimidade projeto que ajuda municípios atingidos pela seca no Nordeste, renegocia dívidas rurais, autoriza a transmissão hereditária de licenças do serviço de táxi e inclui novos setores na desoneração da folha.

Proveniente da Medida Provisória 610/2013, a MP da Seca, o PLV 17/2013 foi aprovado na forma do texto enviado pela Câmara e segue para sanção. O relator, Eunício Oliveira (PMDB-CE), destacou contribuições de Renan Calheiros (PMDB-AL), Lindbergh Farias (PT-RJ) e Gim (PTB-DF).

Famílias participantes do programa Garantia-Safra terão adicional de até R\$ 560, referente à safra 2011-2012. Assim, o benefício do Garantia-Safra poderá chegar a R\$ 2.320. Famílias de agricultores com menor renda, participantes do

programa de Auxílio Emergencial Financeiro, terão mais R\$ 800.

— Isso atende 881 mil famílias no auxílio emergencial financeiro e 769 mil famílias no do Garantia-Safra, com totais aproximados de R\$ 432 milhões e R\$ 807 milhões — disse o relator.

### Renegociação

O PLV permite que a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) doe milho aos governos estaduais para venda a pequenos criadores de animais, segundo preços e condições estipulados pelo Executivo. E garante, a agricultores da seca, renegociação de dívidas contraídas até 31 de dezembro de 2006, com descontos de 40% a 85%.

Com alíquotas entre 1% e 2% sobre o faturamento bruto em substituição às contribuições sociais do INSS, serão beneficiados

o comércio varejista, os serviços navais, as empresas de transporte rodoviário e ferroviário de cargas e empresas jornalísticas (inclusive TV e rádio). Para os setores que não tiveram desoneração, a contribuição do INSS é de 20% sobre a folha salarial.

O PLV também estende a isenção do Imposto de Renda sobre os lucros para fundos que negociam títulos privados, estende para 31 de dezembro de 2017 o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), regulamenta o transporte de ouro até locais de venda, permite à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional desistir de ações de natureza tributária e reduz de 6% para 4% a alíquota unificada do Regime Especial de Tributação às incorporadoras imobiliárias.



Senadores discutem em Plenário medidas de socorro emergencial a vítimas da seca no Nordeste

## R\$ 3,9 bilhões para alimentos e água potável

Atingidos pela seca serão beneficiados por outro texto aprovado ontem pelo Senado, que repassa R\$ 3,92 bilhões para que os Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Defesa e da Integração Nacional comprem alimentos e forneçam água, entre outras coisas. As medidas constam do PLV 16/2013, decorrente da MP 611/2013.

O Ministério da Integração Nacional recebe R\$ 1,78 bilhão para pagar adicional do Auxílio Emergencial Financeiro a agricultores com renda mensal média de até dois salários mínimos. A verba serve ainda para alimentos, cestas básicas, água potável, perfuração de

poços e recuperação de infraestrutura danificada. Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, R\$ 1,86 bilhão pagará parcelas do Benefício Garantia-Safra a famílias de agricultores, viabilizando aquisição de máquinas e equipamentos para a melhoria da infraestrutura em 4.855 municípios.

O reforço no Auxílio Emergencial e no Garantia-Safra está previsto no PLV 17/2013, da MP 610/2013. Outras duas medidas provisórias (MPs 587/2012 e 603/2013) também destinaram recursos adicionais a esses benefícios. Ao Ministério da Defesa, cabem R\$ 277,9 milhões para compra de

equipamentos e viaturas de defesa civil, para distribuição de água potável, perfuração de poços e socorro às comunidades.

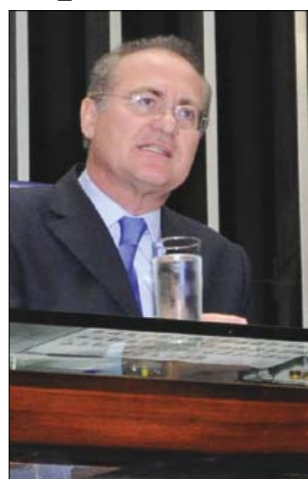
Na MP original, havia a previsão de R\$ 43 milhões para o Ministério das Comunicações, destinados a serviços de tecnologia da informação e telecomunicações para a Copa das Confederações 2013 e a Copa do Mundo 2014. O repasse foi retirado após protestos populares. Por isso, o PLV será encaminhado à comissão mista que analisou a MP para elaboração, no prazo de 15 dias, de projeto que discipline as relações jurídicas decorrentes da medida provisória prejudicada.

## Renan faz balanço da agenda positiva e destaca passe livre

O presidente do Senado, Renan Calheiros, fez um balanço positivo das votações nos últimos 15 dias: — Dentro desta agenda positiva, que chamamos de agenda da sociedade, nós votamos muitas e importantes matérias.

Renan citou as que considera mais próximas das reivindicações populares, como o projeto que torna hediondo o crime de corrupção, o Simples Nacional para a advocacia, a ficha limpa para servidores dos Três Poderes, a destinação dos royalties do petróleo para educação e saúde, o projeto que responsabiliza empresas por corrupção, o atendimento integral pelo SUS às vítimas da violência sexual, o projeto que amplia a participação popular no processo legislativo, e o fim do voto secreto em cassação de deputados e senadores.

Três matérias serão votadas em agosto: a que



Renan Calheiros enumerou textos aprovados nos últimos dias

extingue o foro privilegiado para deputados e senadores condenados pelo STF, o Plano Nacional de Educação e o passe livre para o transporte escolar.

Sobre o passe livre, Renan afirmou: — Vamos fazer a discussão abertamente, para que todos tragam seus números, argumentos e razões, e o Senado decida sobre aquela que é a maior bandeira das manifestações, o passe livre para os alunos do Brasil.

## Senadores se dizem satisfeitos após votações

Senadores fizeram uma avaliação positiva da pauta prioritária de votações dos últimos dias, definida pelo presidente Renan Calheiros e pelos líderes partidários.

Romero Jucá (PMDB-RR) elogiou o esforço na votação de temas fundamentais em resposta às demandas da sociedade. Ele citou a mudança nas regras para análise dos vetos.

— Sempre tivemos milhares de vetos que não eram discutidos e o processo legislativo não se encerrava. Pelas mãos dos

presidentes Renan Calheiros e Henrique Eduardo Alves foi construído o fortalecimento do Congresso.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) considerou a aprovação da resolução sobre a análise dos vetos como uma resposta importante para resolver o problema da falta de credibilidade do Congresso.

José Sarney (PMDB-AP) ressaltou os aspectos quantitativo e qualitativo do trabalho realizado neste semestre pelo Senado. Vital do Rêgo (PMDB-

## Magistrados defendem vitaliciedade

Representantes da Associação dos Juizes Federais (Ajufe), da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e do Conselho da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) se reuniram ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para conversar sobre a PEC 53/2011, que acaba com o princípio da vitaliciedade na magistratura.

A proposta exclui a pena de aposentadoria compulsória para magistrados e membros do Ministério Público. Caso o projeto seja aprovado, os membros de ambas as categorias poderão perder o cargo por decisão administrativa.

Na ocasião, Renan voltou a garantir a manutenção da vitaliciedade para a carreira de juiz aos representantes da magistratura.

## Vital comemora benefícios para o produtor nordestino

Vital do Rêgo (PMDB-PB) elogiou a inclusão, na pauta de votações do Plenário, do

Projeto de lei de conversão (PLV) proveniente da Medida Provisória 610/2013, que contém medidas de combate à seca no Nordeste.

— Que essa medida provisória possa trazer um novo alento e que os nossos agricultores reconquistem a estima e a capacidade de sobrevivência — disse o parlamentar.

## Jarbas cobra análise de PEC que prevê cassação de parlamentar condenado

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) protestou em Plenário pela não inclusão, na pauta prioritária, da PEC 18/2013, de autoria dele, que prevê a cassação automática de parlamentares condenados por improbidade administrativa ou crimes contra a administração pública, com sentença transitada em julgado.

O senador encaminhou requerimentos à Mesa para votação da proposta, que chamou de "PEC dos mensaleiros". O presidente da Casa, Renan Calheiros, disse que os pedidos serão colocados em votação antes do recesso.

## Alvaro Dias repudia projeto que altera Lei Orgânica da AGU

Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu a meritocracia e o concurso público para o preenchimento de cargos relevantes do poder público, contra o que estabelece o projeto de lei complementar (PLP 205/2012) que altera a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União (AGU).

— Nós verificamos que há uma tentativa de empobrecer a administração pública no país em uma área essencial como a da Advocacia-Geral da União — afirmou.

Em discurso ontem, João Capiberibe (PSB-AP) afirmou que o Tribunal de Contas da União (TCU) não faz prestação de contas contábil, como obriga a Lei da Transparência (Lei Complementar 131/2009). — Sabe quem não presta contas de nada do que recebe? O Tribunal de Contas da União — disse. Ele pediu esclarecimento ao TCU sobre denúncia de irregularidade no pagamento de auxílio-alimentação aos ministros do órgão.

## Suplicy propõe eleição direta para suplente

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comemorou o texto de aprovação de proposta que reduz o número de suplentes de senador (PEC 37/2011) e proíbe a escolha para o cargo de cônjuge ou parente consanguíneo, até o segundo grau, do titular.

Suplicy ressaltou, no entanto, que o Senado avançará se aprovar a eleição direta para suplente. Ele informou que apresentará PEC com essa finalidade.



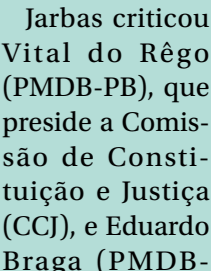
Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Nomes apontados pela Presidência da República para as agências foram aprovados também ontem na Comissão de Assuntos Sociais

# Indicações para diretorias da ANS e Anvisa são aprovadas pelo Plenário

O PLENÁRIO APROVOU ontem duas indicações para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e uma indicação para a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Os nomes já haviam sido aprovados na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A decisão será comunicada à Presidência da República.

Elano Rodrigues de Figueiredo, 36 anos, foi aprovado para a diretoria da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) por 36 votos a 9. Formado em Direito pela Universidade de Fortaleza, é diretor-adjunto de Gestão da ANS, cargo para o qual foi indicado em março de 2012.

Sobre o crescente número de reclamações contra planos de saúde, ele disse que a situação deve-se ao aumento da população com acesso aos planos, ao maior esclarecimento dos consumidores e à facilidade de acesso aos canais de comunicação. Admitiu que o processo de fiscalização pode ser mais eficiente e defendeu o rigor da autarquia como forma de educar as empresas:



Entre Porto e Figueiredo, Waldemir Moka conduz a sabatina feita na Comissão de Assuntos Sociais com os indicados

— Quanto mais rigorosa for a fiscalização, a tendência é haver uma educação dos planos, com a consequente melhora da qualidade assistencial e diminuição do volume de reclamações — disse.

Figueiredo informou que a ANS fez uma pesquisa de satisfação com consumidores. Os resultados devem ser divulgados até agosto.

Renato Alencar Porto, aprovado para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), tem 33 anos e recebeu 40 votos a favor e 10 contra. Ele graduou-se em

Ciências Jurídicas pelo Unicub e é servidor concursado da Anvisa desde março de 2005. Desde outubro de 2009, é coordenador de Instrução e Análise de Recursos da Gerência-Geral de Medicamentos da agência.

## Demora

Porto explicou o trabalho da Anvisa e respondeu a Ana Amélia (PP-RS) sobre a demora na resolução de processos e na liberação de licenças.

Ele reconheceu haver deficiência de servidores na área de medicamentos, um setor

altamente demandado e com grande número de petições. Segundo ele, são 80 técnicos, número aquém do necessário.

Também aprovado para a Anvisa, Ivo Bucarecky recebeu 32 votos a favor e 15 contrários. Ele é graduado em Ciências Econômicas pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Entre os cargos que já ocupou, estão o de chefe de gabinete do Ministério do Meio Ambiente e de diretor administrativo e financeiro da Fundação Estadual do Meio Ambiente do Rio de Janeiro.

## Mozarildo aponta má distribuição de médicos no país

Ao comentar proposta do governo que prolonga a duração do curso de Medicina em dois anos,



Waldemir Burreno/Agência Senado

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou ontem que o mal não está na falta de médico, mas na distribuição. Disse também que o maior problema da saúde é a corrupção.

Médico por formação, Mozarildo lembrou que operação recente da Polícia Federal em Roraima prendeu funcionários e empresários envolvidos na compra de remédios de validade próxima a vencer, que eram descartados para a abertura de novas compras com dispensa de licitação.

Em aparte, Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que setores como saúde, segurança e educação têm que ser levados mais a sério.

## Segundo Flexa, jornal tenta prejudicar governador do Pará

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou a publicação de uma fotografia fora de contexto na capa da edição



Waldemir Burreno/Agência Senado

de quarta-feira do jornal *Diário do Pará*. O senador explicou que a imagem é de um hospital em Honduras, e não da Santa Casa de Misericórdia do Pará, conforme afirma o jornal. A fotografia mostra um bebê dentro de uma caixa de papelão.

— Um dia antes, o governador Simão Jatene demitiu secretários do PMDB, partido que se afastou do projeto de retomada de desenvolvimento do Pará, que está em andamento com o governo do PSDB. Mais ainda, o jornal é de propriedade das lideranças do PMDB do Pará. Tirem as suas próprias conclusões — afirmou.

## Comissão debaterá situação das perícias médicas do INSS

Por sugestão de Ana Amélia (PP-RS), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) debaterá a situação das perícias médicas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Deverão participar representantes dos médicos, do INSS, do Ministério Público Federal e das centrais sindicais.

Ex-ministro da Previdência, o senador José Pimentel (PT-CE) disse que os benefícios do INSS são concedidos hoje em até meia hora, mas as perícias médicas ainda enfrentam problemas.



Pedro Franco/Agência Senado

Pimentel afirmou que, em 2004, o número de peritos do INSS foi ampliado de 390 para 7 mil, para evitar um problema então detectado: pessoas em

licença médica por até seis anos já tinham recuperado a saúde e alguns até moravam no exterior, mas recebiam o benefício indevidamente.

Segundo ele, as agências do INSS foram reformuladas para atender a demanda por mais segurança no trabalho.

Jayme Campos (DEM-MT) disse que a perícia do INSS está sendo moralizada.

## Adiada votação de novas restrições à venda de cigarro

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) adiou, na quarta-feira, a votação do projeto do senador Paulo Davim (PV-RN) que restringe a venda de cigarros.

Pelo texto, fica vedada a comercialização de produtos de tabaco em posto de gasolina, local de venda ou consumo de alimento, supermercado, loja de conveniência e banca de jornal. A pedido de senadores, o presidente da CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS), concedeu vista coletiva da proposta.

O autor do projeto (PLS 139/2012) entende que a medida é capaz de dificultar o



Moreira Mariz/Agência Senado

consumo do tabaco, além de contribuir para o controle do tabagismo no Brasil.

Davim disse ter recebido apelos contra a aprovação do texto por razões econômicas. Mas considerou equivocada essa equação: o governo arrecada com impostos sobre cigarros cerca de R\$ 6 bilhões e gasta R\$ 21 bilhões na internação de pacientes com problemas pelo hábito de fumar.

Relator da proposta, José Pimentel (PT-CE) avalia que o projeto aperfeiçoa a legislação vigente e poderá contribuir para a melhoria do nível de saúde da população.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portela

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretora-adjunta:** Virgínia Galvez

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

**Órgão de divulgação do Senado Federal**

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333



Ao lado da presidente da comissão, Ana Rita, Paim (3º à dir.) conduz o debate com Powidayko, Elias, Amatneeks e Melchior

## Ruas lutam por “direito à cidade”, dizem jovens

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, representantes de movimentos da juventude sintetizam reivindicações das manifestações populares que se multiplicaram pelo país em junho

AS REIVINDICAÇÕES DE acesso a transporte de qualidade e baixo custo, além de serviços públicos eficientes e ao direito à mobilização popular, mostraram que as manifestações populares ocorridas em junho exigiram o “direito a cidade”, segundo representantes de movimentos de juventude que ontem participaram de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Na condução da audiência, Paulo Paim (PT-RS) elogiou a clareza das opiniões.

— Está muito enganado quem pensa que a juventude está alienada — afirmou.

Para Gabriel Santos Elias, do Movimento Passe Livre, a mobilização contra o aumento da tarifa do transporte coletivo era a ponta de um conjunto de frustrações, devido à falta de soluções prometidas de mobilidade urbana, anunciadas

desde a confirmação do Brasil como sede da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos.

— Boa parte das obras não aconteceu. E com aumento da passagem, adianta melhorar obras de infraestrutura, se a população não consegue usar esse serviço? — questionou.

### Pressão no Congresso

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) disse que as manifestações colocaram em xeque políticos, partidos, instituições e a forma como a política é feita.

— A gente sabe que o Congresso tem atuado através de pressão, e a pressão da opinião pública funcionou — afirmou.

Nicolas Powidayko, coordenador-geral do Diretório Central Estudantil (DCE) da Universidade de Brasília (UnB), considera que a insatisfação é o que une as demandas.

— A juventude está pedindo o cumprimento das promessas, quer entrar na faculdade,

quer local digno de moradia, quer transporte, saúde de qualidade, educação — disse.

Na avaliação de Alessandro Melchior, presidente do Conselho Nacional de Juventude, o estopim das manifestações foi o transporte urbano, pois as horas passadas em ônibus e metrô seriam as mais infelizes do dia nas grandes cidades.

A participação de jovens, para Murilo Amatneeks, da Secretaria de Juventude da Presidência da República, mostra o papel da juventude no aperfeiçoamento da democracia.

Ana Rita (PT-ES), que preside a CDH, lembrou o protagonismo de entidades e movimentos da sociedade no resgate da democracia e avanço das conquistas sociais.

Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou propostas aprovadas nos últimos dias no Senado, como a que acaba com o voto secreto no Congresso e a que altera as regras para suplentes.

## Reivindicação: passe livre sem novo tributo

Como resultado dos protestos, o passe livre no transporte coletivo está se tornando possível, na avaliação de Elias. Ele citou estudo que mostra ser viável implementar tarifa zero em ônibus e metrô sem novos tributos, apenas redefinindo prioridades na aplicação de recursos públicos.

Melchior ressaltou que os movimentos reivindicam passe livre para toda a juventude, e não apenas para estudantes. Ele criticou a vinculação do financiamento aos royalties do petróleo, por considerar que criaria concorrência com ações na saúde e educação.

— Também não pode se dar



Thansia vê a mobilização social como estratégia contra o racismo

por desoneração às grandes empresas. Deve ser feito a partir da taxação das grandes fortunas — disse Melchior.

Os debatedores entendem

que a repressão das forças policiais levou à expansão das reivindicações para temas como corrupção, serviços públicos e reforma política. Para Elias, a repressão foi percebida como ameaça ao direito do uso das ruas como espaço dos movimentos sociais.

Thansia Marcella Cruz, do Fórum da Juventude Negra do DF, reforçou a importância do direito à manifestação de rua. Idealizadora da campanha A Cor da Marcha, ela disse que é conhecida a violência policial contra jovens negros e apontou a mobilização social como importante estratégia de combate ao racismo.

## Souza quer ampliar transporte estudantil gratuito

Sérgio Souza (PMDB-PR) comunicou, quarta-feira, a apresentação de emenda ao projeto (PLS 248/2013) que institui o passe livre no transporte coletivo para estudantes de todo o país.

O senador quer alterar a

proposta, do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), para garantir que os estudantes de pequenas cidades também tenham transporte gratuito, por meio do transporte escolar.

— Tal como formulado, o

projeto pressupõe que sempre haverá, no local onde residam e estudem os alunos, linhas regulares de transporte público capazes de atender às necessidades de deslocamento dos beneficiários — explicou Sérgio Souza.

## Última audiência ouve prefeitos e general sobre terras-raras

A Subcomissão de Terras-Raras encerrou ontem o ciclo de audiências públicas para auxiliar na elaboração do marco regulatório de mineração em terras-raras. Com as contribuições de um general do Exército e de prefeitos de cidades onde há a exploração dos minerais estratégicos, os senadores devem partir para a análise dos debates. A audiência foi feita em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), da qual a subcomissão faz parte.

O general de brigada do Exército José Fernando Iasbech explicou o Projeto Proteger, iniciado em 2012, em que oficiais remapearam a infraestrutura crítica do Brasil. Segundo ele, ainda é preciso uma cartografia básica para fazer o mapeamento geológico de todo o país.

— Assim, poderemos ganhar tempo nessa exploração.

O prefeito de Araxá (MG), Jeová Moreira da Costa, falou que 70% da arrecadação municipal vem da exploração mineral da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração. O município quer criar um centro de pesquisa para desenvolver tecnologia de utilização do nióbio e das terras-raras. Costa defendeu que, no marco regulatório,

os municípios mineradores tenham direito a royalties.

O prefeito de Minaçu (GO), Maurides Rodrigues Nascimento, falou sobre o projeto da Mineradora Serra Verde para aproveitamento de uma jazida de terras-raras no município. A empresa investirá de R\$ 300 milhões a R\$ 600 milhões para instalar uma unidade de extração.

— Com o início da operação previsto para 2016, o projeto de Minaçu da Mineradora Serra Verde será o primeiro a produzir terras-raras crí-

ticas com baixo custo de classe mundial no Brasil — informou Nascimento.

O prefeito de São Francisco de Itabapoana (RJ), Pedro Jorge Chereene Júnior, disse que na cidade

está suspensa a exploração de monazita — mineral que possui terras-raras — feita pela empresa Indústrias Nucleares do Brasil (INB). A empresa exporta para a China apenas o que está estocado.

Segundo Chereene, a cidade tem o segundo pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado. Ele informou que, por solicitação da prefeitura, há 20 dias foram feitos estudos por técnicos do INB para identificar novas áreas que possam conter monazita na região.

**Projeto do Exército pretende fazer mapeamento geológico de todo o país**



Anibal Diniz (C) e outros participantes do debate ouvem o prefeito de Araxá propor royalties para as terras-raras

## Trabalhos da subcomissão devem ser concluídos em 30 de agosto

A subcomissão deve concluir os trabalhos em 30 de agosto. De acordo com o presidente do colegiado, Anibal Diniz (PT-AC), foram feitas seis audiências com 23 expositores — empresários, autoridades, prefeitos, especialistas e juristas, além de representantes das embaixadas do Japão e da Austrália.

— O Brasil deve investir em toda a cadeia produtiva, de forma articulada e perene, pois a evolução exige um bom ciclo de anos — disse Anibal.

Para o relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), o objetivo é fazer com que o país invista no desenvolvimento científico e tecnológico no setor, envolvendo a iniciativa pública e a privada.

— O objetivo então é esse: fazer com que o Brasil tenha uma decisão política de investir no desenvolvimento científico e tecnológico nessa área. E, dentro dessa decisão política, o país tem que integrar a iniciativa pública com a iniciativa privada — afirmou.

# Telefone e internet no Brasil são vulneráveis, afirma ministro

Em audiência sobre caso de espionagem, Paulo Bernardo disse que governo brasileiro não põe na internet informações estratégicas

O USO DE telefone e internet no Brasil está sujeito a uma série de vulnerabilidades de segurança, disse o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

Segundo ele, a internet é controlada por grandes corporações e pelo governo dos EUA, “que têm vinculação contratual privilegiada com a Icanm”, responsável pela coordenação mundial do sistema de identificadores exclusivos da internet.

O ministro participou ontem de uma audiência pública no Senado sobre as denúncias de que uma rede de espionagem montada em Brasília pelo governo dos EUA estaria monitorando e-mails e telefonemas de brasileiros.

O ministro afirmou que o governo trata com muito cuidado as informações estratégicas, evitando colocar na internet dados que não podem ser compartilhados. Foi o caso, por exemplo, da descoberta das jazidas de petróleo do pré-sal.

Bernardo relatou uma conversa que teve com o



O ministro Paulo Bernardo fala na audiência pública sobre espionagem, observado pelo senador Ricardo Ferraço

embaixador norte-americano no Brasil, Thomas Shannon, logo após a denúncia. O embaixador, contou o ministro, negou que o governo norte-americano tenha convênio com empresas sediadas no Brasil que teriam participado do esquema de espionagem.

Paulo Bernardo informou que há apenas 13 servidores-raiz da internet no mundo e eles são supervisionados pela

Icanm e pelo Departamento de Comércio dos EUA.

Outro problema é o fato de as principais empresas da internet serem dos EUA, submetendo-se à jurisdição daquele país. O armazenamento de dados brasileiros é feito em *data centers* no exterior.

Paulo Bernardo disse que o governo brasileiro vai insistir, nos foros internacionais, numa governança multilateral da

internet, para garantir a preservação dos interesses soberanos de cada país e os direitos dos cidadãos.

A audiência foi realizada pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Veja reportagem sobre uso de domínios de internet: <http://bit.ly/Cidadania435>

Bernardo: cabo ligará país à Europa e evitará que dados passem pelos EUA

A mesma vulnerabilidade de segurança da internet está presente nas chamadas internacionais, informou o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. Quando alguém liga do Brasil para outro país, ou utiliza o celular brasileiro no exterior, há troca de informações entre as operadoras brasileiras e estrangeiras e registros de dados como número de origem e de destino, duração e horário da chamada. O embaixador norte-americano, Thomas Shannon, disse ao ministro que seu país só tem esses registros, e não os conteúdos das conversas.

Paulo Bernardo anunciou plano para construção de cabos submarinos ligando o Brasil à Europa e à África, evitando o tráfego de dados pelos EUA. Outra iniciativa é a construção de um anel óptico continental, que também evitaria tráfego pelos EUA na comunicação com a América Latina. O ministro anunciou ainda a intenção do país de manter um satélite geoestacionário de defesa e comunicações estratégicas, restringindo o tráfego à esfera do governo.

Cardozo será chamado a explicar providências contra espionagem

A CRE aprovou convite ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para que, em data a ser marcada, apresente as providências tomadas pelo governo diante das denúncias de que cidadãos e instituições brasileiros estariam sendo espionados por órgãos de inteligência norte-americanos.

Cardozo é o coordenador do grupo técnico interministerial encarregado de analisar o caso.

Vanessa pede a líderes que indiquem integrantes da CPI da Espionagem

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pediu a indicação das lideranças partidárias para a comissão parlamentar de inquérito (CPI)



apoio de pelo menos 27) e foi lido em Plenário. Agora, os líderes partidários devem indicar os integrantes.

— É um fato que envolve toda a nação, pois agride os direitos individuais de cada cidadão brasileiro, desde o mais simples usuário da internet ao mais poderoso empresário do país, além de agredir a soberania nacional — argumentou.

Souza repudia monitoramento e defende regulação mundial da internet

Sérgio Souza (PMDB-PR) exigiu esclarecimentos sobre as denúncias de espionagem dos EUA em redes de comunicação brasileiras, “antes que os acontecimentos abalem a amizade entre os dois países”. Ele classificou de inaceitável a violação da soberania do país e da privacidade dos cidadãos e cobrou a discussão de meios de controle da internet “pelo conjunto das nações”.



— O episódio em questão não merece atenção apenas pela ação dos norte-americanos, mas, sobretudo, pela triste demonstração de fragilidade dos nossos sistemas de prevenção e defesa das nossas telecomunicações. Ao ouvirmos os ministros [que participaram de audiência no Senado], ficou evidente que somos vulneráveis e temos muito a melhorar — disse.

## Comissão mista aprova regulamentação de programação regional e local de rádio e TV

Foi aprovado ontem por unanimidade, na comissão de consolidação de leis e de dispositivos constitucionais, o anteprojeto de lei que define o que é produção cultural, regional e local, estabelecendo percentuais de exibição das produções a serem cumpridos pelas emissoras de rádio e de TV.

Os limites mínimos semanais de produção regional e local variam de acordo com o tamanho das localidades. Cidades com até 500 mil habitantes devem ter 336 minutos regionais, sendo metade deles de programas locais (produzidos no estado). Cidades com

população entre 500 mil e 1 milhão de habitantes devem exibir 504 minutos de produção regional, sendo metade de produção local. Para localidades com população entre 1 milhão e 5 milhões de habitantes, a exigência mínima é de 616 minutos regionais e 308 minutos locais. O limite mínimo para cidades com mais de 5 milhões de habitantes passa a ser de 840 minutos de produção regional, dos quais 420 minutos devem ser de produção local. Os percentuais serão menores nos primeiros cinco anos de aplicação da lei.

Para incentivar o cinema nacional, os filmes produzidos

no Brasil, independentemente da região, também poderão ser contados como programação regional e local. O texto também trata do desconto do tempo de comunicados oficiais e propaganda político-partidária e eleitoral no tempo da programação regional e local. E destina pelo menos 5% dos recursos do Fundo Nacional da Cultura à regionalização da produção cultural, artística e jornalística.

— Incentivo a manifestações artísticas, culturais e jornalísticas produzidas nas diversas regiões do país é exigência da maior relevância para a afirmação e a valorização de nossa identidade, em tempos de

globalização e de convergência tecnológica — defendeu o relator da comissão, senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Ele contou ter se reunido com o cineasta Luiz Carlos Barreto e uma comitiva de

produtores que pediram instrumentos na lei que possam reforçar a produção cultural independente no país. Pode haver uma audiência pública sobre o tema antes da votação do projeto em Plenário.



Relator do projeto, Jucá (D) cumprimenta os deputados Vaccarezza (E) e Zveiter